

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.420.105 - SP (2018/0340372-0)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORE : LEONARDO FERNANDES DOS SANTOS - SP329167

S

CAIO AUGUSTO NUNES DE CARVALHO E OUTRO(S) - SP302130

AGRAVADO : SERGIO AUGUSTO APARICIO CORTESI
ADVOGADOS : FRANCISCO ROBERTO DOS RAMOS - SP203655
ADRIANA INACIO DE MELLO - SP267364

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO Nº 3/STJ. SERVIDOR PÚBLICO. VIOLAÇÃO AO ART. 236, § 1º, DO CPC/1973. SENTENÇA CONDENATÓRIA EM DESFAVOR DA FAZENDA PÚBLICA. INTIMAÇÃO. AUSÊNCIA DOS NOMES DA PARTE RÉ E DO RESPECTIVO PROCURADOR. NULIDADE ABSOLUTA. FINALIDADE DO ATO NÃO ATINGIDA. PREJUÍZO EVIDENTE. AUSÊNCIA DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO DE APELAÇÃO E DE SUSTENTAÇÃO ORAL NO TRIBUNAL DE ORIGEM. OFENSA AOS PRINCÍPIOS DO CONTRADITÓRIO E DA AMPLA DEFESA. PREJUÍZO NÃO AFASTADO PELA ANÁLISE DA REMESSA NECESSÁRIA. ANULAÇÃO DA INTIMAÇÃO E DE TODOS OS ATOS POSTERIORES. AGRAVO CONHECIDO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo em recurso especial interposto pela Fazenda do Estado de São Paulo em face de decisão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, que negou admissibilidade a recurso contra acórdão proferido em sede de embargos de declaração opostos para que fosse reconhecida a nulidade de intimação da sentença condenatória, por ausência dos nomes da parte ré e do respectivo procurador, que restou assim ementado (e-STJ fl. 131)

EMBARGOS DECLARATÓRIOS PRETENSÃO INFRINGENTE
AUSÊNCIA DE ATENDIMENTO AO ART. 535 CPC - REJEIÇÃO.

A pretensão de rediscussão da matéria apreciada implica infringência não admitida pelo art. 535 do CPC.

Recurso rejeitado.

Nas razões do recurso especial, interposto com base no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, a recorrente alega, em síntese, violação ao art. 236, § 1º, do CPC/1973, ao argumento de que a intimação da sentença condenatória foi publicada sem os nomes da parte ré e do respectivo procurador, causando a nulidade absoluta do ato, bem como dos atos posteriores.

Sustenta que "a adoção da corrente consubstanciada no Acórdão recorrido

geraria verdadeiro malferimento ao princípio do contraditório e da ampla defesa. O simples fato de que houve reexame necessário não é suficiente para afastar a nulidade absoluta da ausência de intimação, já que não se instalou o devido contraditório, sem que a Fazenda pudesse expor os argumentos necessários à reforma da sentença" (e-STJ fl. 156).

Ademais, aduz que "A linha adotada no Acórdão acaba por ferir a dimensão substancial do contraditório (substantive due process of law), pois o reexame, sem que seja acompanhado do exercício do poder recursal fazendário, não permite a real possibilidade de influência, da parte, no conteúdo da prestação jurisdicional" (e-STJ fl. 156).

Por fim, sustenta que "não há que se invocar a necessidade de demonstração de prejuízo, na medida em que a própria manutenção, in totum, da sentença desfavorável à recorrente já demonstra, per se, a ocorrência de inegável prejuízo" (e-STJ fl. 158).

Sem contrarrazões ao recurso especial.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso sob o argumento de que não teria havido ofensa ao dispositivo invocado, e que a revisão do julgado demandaria o reexame do conjunto fático-probatório, procedimento vedado ante o óbice constante da Súmula nº 7/STJ.

Nas razões do agravo, a agravante impugnou os fundamentos da decisão de inadmissibilidade.

Sem contraminuta ao agravo.

É o relatório. Decido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso de agravo atrai a incidência do Enunciado Administrativo nº 3/STJ: "aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC".

Preenchidos os pressupostos recursais do agravo e tendo a agravante impugnado os fundamentos da decisão agravada, passo ao exame do recurso especial.

Razão assiste à recorrente.

O Tribunal de origem afastou a nulidade apontada ao argumento de que eventual prejuízo decorrente da ausência de intimação da sentença condenatória proferida em desfavor da recorrente teria sido superado com a análise da remessa necessária, razão pela qual seria desnecessária a declaração de nulidade do ato. Destacam-se os seguintes trechos do voto condutor do acórdão dos embargos de declaração (e-STJ fls. 131/132):

Embora a embargante alegue nulidade por ausência de intimação da r. sentença, o certo é que a sua falta não gerou prejuízo à recorrente, considerando que houve o reexame da matéria, através da remessa necessária, suprimindo eventual interposição de recurso pela ré.

Ademais, importante anotar que a nulidade absoluta também é passível de convalidação, desde que não cause prejuízo à parte, diante da aplicação do princípio do aproveitamento dos atos processuais, o que se mostra compatível com o caso presente, uma vez que a ausência de intimação da embargante não impediu o reexame da matéria, em face da observância do disposto no art. 475 do CPC.

Com efeito, o art. 236, § 1º, do CPC/1973 prescreve que das intimações dos atos processuais devem constar, sob pena de nulidade, os nomes das partes e dos respectivos advogados ou procuradores, *in verbis*:

Art. 236. No Distrito Federal e nas Capitais dos Estados e dos Territórios,

consideram-se feitas as intimações pela só publicação dos atos no órgão oficial.

§ 1º É indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação.

O art. 272, § 2º, do CPC/2015 reitera a regra acima transcrita, prescrevendo ainda a necessidade de indicação do número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil na intimação do ato, *in verbis*:

Art. 272. Quando não realizadas por meio eletrônico, consideram-se feitas as intimações pela publicação dos atos no órgão oficial.

§ 1º Os advogados poderão requerer que, na intimação a eles dirigida, figure apenas o nome da sociedade a que pertençam, desde que devidamente registrada na Ordem dos Advogados do Brasil.

§ 2º Sob pena de nulidade, é indispensável que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, com o respectivo número de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil, ou, se assim requerido, da sociedade de advogados.

A jurisprudência desta Corte Superior firmou-se no sentido de que a inobservância da regra prevista no art. 236, § 1º, do CPC/1973 causa a nulidade absoluta do processo e de todos os atos posteriores à intimação, por ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, salvo se atingida a finalidade do ato ou se demonstrada a ausência de prejuízo. Nesse sentido os seguintes precedentes desta Corte Superior:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO OCORRÊNCIA. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE. INTIMAÇÃO DA DECISÃO INDEFERITÓRIA. PUBLICAÇÃO EM NOME DO DEVEDOR PRINCIPAL SEGUIDO DA EXPRESSÃO "E OUTROS" E DOS NOMES DE TODOS OS ADVOGADOS. SUFICIÊNCIA. OFENSA AO ART. 236 DO CPC/1973 NÃO CARACTERIZADA.

1. Inexiste contrariedade ao art. 535, II, do CPC/1973 quando a Corte local decide fundamentadamente todas as questões postas ao seu exame. Ademais, não se deve confundir decisão contrária aos interesses da parte com ausência de prestação jurisdicional.

2. É válida a publicação intimatória quando constante o nome do primeiro litisconsorte seguido da expressão "e outros", desde que o patrono das partes esteja devidamente indicado.

3. A Corte Especial Superior Tribunal de Justiça firmou a orientação de que: "Considera-se válida a publicação intimatória, quando consta o nome do primeiro dos vários litisconsortes com o acréscimo da expressão 'e outros', desde que tenha sido indicado o representante judicial da parte, cujo nome fora substituído pela aludida expressão. Na interpretação da norma processual é de se ter sempre em mente a parte final do dispositivo (artigo 236, § 1º), vale dizer, da publicação deve constar obrigatoriamente os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação" (EREsp 38.827/RS, Rel. Ministro Hélio Mosimann, Corte Especial, DJ 21/11/1994).

4. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp 1608078/PE, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 27/11/2018, DJe 30/11/2018)

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE

TÍTULO EXTRAJUDICIAL. PUBLICAÇÃO. NOME DE ADVOGADO DIVERSO DO CONSTITUÍDO. RESTITUIÇÃO DO PRAZO. AMPLA DEFESA PRESERVADA. NULIDADE. INEXISTENTE. IMPENHORABILIDADE SALARIAL. PRESERVAÇÃO. AUSÊNCIA DE CIRCUNSTÂNCIAS EXCEPCIONAIS. PENHORA DE COTAS DE COOPERATIVA. VIABILIDADE. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS RECURSAIS.

1. Execução ajuizada em 1997, da qual se extraiu o presente recurso especial, interposto em 30/08/2016 e concluso ao gabinete em 29/03/2017. Julgamento: CPC/15.

2. O propósito recursal é decidir sobre: i) a existência de nulidade processual decorrente de intimação em nome de advogado diverso do constituído pela parte; ii) a validade de penhora, no percentual de 30%, da renda mensal líquida da parte-executada; iii) a possibilidade de penhora de cotas de sociedade cooperativa da qual a parte-executada é cooperada.

3. No tratamento das nulidades processuais, a jurisprudência do STJ é firme no sentido de ser imprescindível a demonstração de efetivo prejuízo às partes. Assim, a restituição de prazo recursal permitiu o efetivo exercício da ampla defesa, afastando o prejuízo alegado pela parte.

4. A orientação desta Corte, ao permitir a aplicação mitigada da impenhorabilidade salarial, está muito bem delimitada para situações excepcionais em que efetivamente resta preservada a dignidade do devedor, no seu núcleo essencial. Não se pode tornar em regra geral e abstrata um tratamento excepcional direcionado a circunstâncias individuais e concretas detectadas caso a caso.

Precedentes.

5. É possível a penhora de cotas pertencentes a sócio de cooperativa, por dívida particular deste, pois responde o devedor, para o cumprimento de suas obrigações, com todos seus bens presentes e futuros (art. 591, CPC/73). Precedente da Terceira Turma.

6. Não haverá honorários de sucumbência recursal quando nas outras instâncias não houve a fixação em desfavor do recorrente. Isso porque o texto da lei prevê, expressamente, que somente serão majorados os "honorários fixados anteriormente", de modo que, não havendo arbitramento de honorários pelas instâncias ordinárias, não incidirá a regra do § 11 do art. 85 do CPC/15.

7. Recurso especial conhecido e parcialmente provido.

(REsp 1661990/MS, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/08/2017, DJe 22/08/2017)

PROCESSUAL CIVIL. PETIÇÃO. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DAS INTIMAÇÕES REALIZADAS NO ÂMBITO DESTA CORTE SUPERIOR. PEDIDO DE INTIMAÇÃO EXCLUSIVA. INEXISTÊNCIA. NOME DA ADVOGADA SUBSTABELECIDO INCOMPLETO. PRESENÇA DOS DEMAIS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO. IRREGULARIDADE FORMAL INCAPAZ DE INVALIDAR O ATO PROCESSUAL. FINALIDADE ATINGIDA. ORIENTAÇÃO DA CORTE ESPECIAL. PETIÇÃO INDEFERIDA.

1. É válida a intimação efetuada em nome de um dos advogados constituídos nos autos quando o substabelecimento foi feito com reserva de poderes e não constou pedido expresso para a publicação exclusiva em nome de um advogado específico (AgRg no AREsp 330.564/PE, Rel. Ministro JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, Terceira Turma, DJe

8/5/2015).

2. Não se declara nulidade sem prejuízo. No caso dos autos, a despeito das intimações ter constado o nome da advogada subscritora do apelo nobre de forma incompleta, delas constaram os demais elementos essenciais necessários à identificação da advogada e do processo, permitindo que ato processual atingisse o seu objetivo.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg na PET no REsp 1359666/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, julgado em 04/02/2016, DJe 01/03/2016)

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. INOVAÇÃO RECURSAL. PRECLUSÃO CONSUMATIVA. ART. 236, § 1º, DO CPC. SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. PUBLICAÇÃO. AUSÊNCIA DO NOME DE UMA DAS PARTES E DE SEU CAUSÍDICO. NULIDADE. RESTITUIÇÃO DE PRAZO QUE SÓ APROVEITA A PARTE PREJUDICADA.

1. A alegada violação do art. 535 do CPC apenas em agravo regimental caracteriza-se inovação recursal cuja análise é incabível no presente recurso em razão da preclusão consumativa.

2. Nos termos do art. 236, § 1º, do CPC, é "indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, suficientes para sua identificação". Todavia, a restituição do prazo recursal só aproveita a parte prejudicada, em conformidade com o princípio da *pas de nullité sans grief*.

Precedentes.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 317.824/RN, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 14/05/2013, DJe 28/05/2013)

AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL PROVIDO. ANULAÇÃO DE INTIMAÇÃO. ART. 236, § 1º, DO CPC. EXEGESE. TEMPERAMENTO. PECULIARIDADE DO CASO CONCRETO.

- A regra do § 1º do art. 236 do CPC deve ser interpretada com temperamento nas hipóteses em que a intimação é feita exclusivamente em nome do substabelecete e o substabelecimento decorreu da necessidade de acompanhamento de processos em comarca diversa.

Precedentes.

- Esse entendimento vem em resguardo da ampla defesa e do contraditório, trazendo a lume o espírito da lei que é dar publicidade ao ato judicial e permitir a manifestação das partes acerca dele.

Decisão que acolheu o recurso especial para anular o ato intimatório mantida, agravo regimental improvido.

(AgRg no AREsp 96.327/GO, Rel. Ministro CESAR ASFOR ROCHA, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2012, DJe 18/05/2012)

PROCESSUAL CIVIL. INTIMAÇÃO EM NOME DE PROCURADOR DO ESTADO APOSENTADO. ART. 236, § 1º, DO CPC. NULIDADE.

1. Os Procuradores são advogados legalmente habilitados para prestar assistência profissional ao Estado, defendendo-lhe os interesses.

Assim, nas publicações de suas intimações deve constar o nome do Procurador atuante no feito, não podendo ser dado tratamento diverso apenas pelo fato de existir um corpo de Procuradores, sendo inviável fazer distinção onde a legislação não o fez. Precedente: Eresp. 131.900/RJ, Rel.

Min. Gilson Dipp, Corte Especial, DJ. 06.12.2004.

2. É nula a intimação pelo órgão oficial quando da publicação não consta o nome do advogado da parte (art. 236, § 1º, do CPC).

Precedentes da Corte: REsp 316.297/SP, DJ 19/08/2002; EDREsp 19225/MG, DJ 19/12/2002; REsp 166.633/RS, DJ 04/10/99; REsp 174.327/SE, DJ 26/04/99; REsp 82.822/PA, DJ 14/02/2000.

3. In casu, muito embora a procuradoria do Estado tenha protocolizado nos autos, em 1º de março de 2000, a indicação da procuradora para receber as notificações (fl. 20), a intimação da Fazenda Estadual para impugnar o saldo devedor, ocorrida no ano de 2002, se deu em nome de procurador diverso, que já havia se aposentado desde 1993 (fl. 61).

4. Recurso especial provido.

(REsp 826.534/SP, Rel. Ministro LUIZ FUX, PRIMEIRA TURMA, julgado em 26/06/2007, DJ 23/08/2007, p. 216)

PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ARTIGO 543-C, DO CPC. INTIMAÇÃO. NÚMERO DE INSCRIÇÃO DO ADVOGADO NA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - OAB. DESNECESSIDADE. SUFICIÊNCIA DOS NOMES DAS PARTES E DO ADVOGADO. ARTIGO 236, § 1º, DO CPC. ALEGADA HOMONÍMIA NÃO CONFIRMADA PELO ACÓRDÃO REGIONAL.

1. A intimação é o ato pelo qual se dá ciência à parte ou ao interessado dos atos e termos do processo, visando a que se faça ou se abstenha de fazer algo, revelando-se indispensável, sob pena de nulidade, que da publicação constem os nomes das partes e de seus advogados, dados suficientes para sua identificação (artigo 236, § 1º, do CPC).

2. A regra é a de que a ausência ou o equívoco quanto ao número da inscrição do advogado na Ordem dos Advogados do Brasil - OAB não gera nulidade da intimação da sentença, máxime quando corretamente publicados os nomes das partes e respectivos patronos, informações suficientes para a identificação da demanda (Precedentes do STJ: REsp 1.113.196/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 22.09.2009, DJe 28.09.2009; AgRg no Ag 984.266/SP, Rel. Ministro Aldir Passarinho Júnior, Quarta Turma, julgado em 27.05.2008, DJe 30.06.2008; e AgRg no REsp 1.005.971/SP, Rel.

Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 19.02.2008, DJe 05.03.2008).

3. Nada obstante, é certo que a existência de homonímia torna relevante o equívoco quanto ao número da inscrição na OAB, uma vez que a parte é induzida em erro, sofrendo prejuízo imputável aos serviços judiciais.

4. Contudo, a alegação do recorrente, no sentido da existência de advogado homônimo, não restou corroborada pelo Tribunal do origem, segundo o qual: "Em que pese o número de registro na Ordem dos Advogados do Brasil do causídico que patrocina o feito estar errado, é evidente a validade do ato em que consta o nome correto e completo daquele - além do número do processo e o tipo de ação -, pois suficiente para seu real conhecimento.

Cumprido o requisito legal de existência de dados suficientes a permitir a inequívoca identificação, é de ser afastada a alegada nulidade da intimação.

Impende ressaltar que, em consonância com os termos do art. 244, do Código de Processo Civil, só haveria invalidade se o vício existente tornasse impossível de o ato cumprir sua finalidade, ou seja, tornasse impossível ao destinatário a ciência da intimação publicada, o que, in casu,

como antes mencionado, incorreu." 5. Recurso especial desprovido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1131805/SC, Rel. Ministro LUIZ FUX, CORTE ESPECIAL, julgado em 03/03/2010, DJe 08/04/2010)

No presente caso, verifica-se que a intimação da sentença condenatória foi publicada apenas com os nomes da parte autora e do seu respectivo patrono (e-STJ fls. 86/98), sem constar os nomes da parte ré, ora recorrente, e do respectivo procurador.

Importante destacar que a finalidade da intimação, qual seja dar conhecimento às partes sobre o teor da sentença proferida, não foi atingida, pois a recorrente somente teve ciência da decisão após o julgamento da remessa necessária pelo Tribunal de origem, inexistindo nos autos prova ou demonstração de que a recorrente teria sido intimada pessoalmente da sentença mediante entrega dos autos, ou por qualquer outro meio.

Ademais, ao contrário do que restou decidido no acórdão recorrido, a análise da remessa necessária não supre o prejuízo decorrente da ausência de intimação da sentença, pois não oportunizada à parte ré a apresentação dos seus argumentos para infirmar a sentença condenatória, ou seja, de suas razões recursais.

Além disso, a parte ré foi impedida de realizar sustentação oral perante o Tribunal de origem para defender os seus argumentos e influenciar na formação do convencimento dos julgadores. Não há nos autos prova de que houve sequer a intimação da parte ré para a sessão de julgamento da remessa necessária.

Desta forma, o prejuízo suportado pela recorrente é evidente, pois prejudicado ou impedido o exercício do contraditório e da ampla defesa, razão pela qual nulo é o ato de intimação juntado às e-STJ fls. 86/98, bem como são nulos todos os atos posteriores.

Nesse diapasão o seguinte precedente deste Tribunal Superior:

PROCESSO CIVIL - INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - AUSÊNCIA DO NOME DO ADVOGADO - VIOLAÇÃO AO ARTIGO 236, § 1º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL - NULIDADE ABSOLUTA - ANULAÇÃO DOS ATOS POSTERIORES À SENTENÇA - DEVOLUÇÃO DE PRAZO PARA APRESENTAÇÃO DE RECURSO.

1 - Ausente o nome do procurador constituído nos autos na intimação da sentença, reconhecida a sua nulidade absoluta e de todos os atos processuais a ela posteriores, por infringência ao disposto no artigo 236, § 1º, do CPC.

2 - Devolução de prazo aos recorrentes para eventual interposição de recurso, tendo em vista o flagrante cerceamento de defesa e violação ao direito constitucional à ampla defesa.

3 - Recurso conhecido e provido.

(REsp 666.396/RJ, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 21/09/2006, DJ 16/10/2006, p. 377)

Incide, no caso, a Súmula nº 568/STJ: "O relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema".

Ante o exposto, com fulcro no art. 932, V, do CPC/2015 c/c o art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial e anular a intimação da sentença, certificada às e-STJ fls. 86-98, bem como todos os atos posteriores, determinando-se o retorno dos autos ao Juízo de primeiro grau para que outra intimação seja realizada com observância da regra prevista no art. 236, § 1º, do

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

CPC/1973, reiterada no art. 272, § 2º, do CPC/2015, devendo constar na intimação os nomes da parte ré e do respectivo procurador.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator

